

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT03.018

OS CICLOS ECONÔMICOS E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: E NESSA HISTÓRIA, QUEM APRENDEU MENOS E QUEM SAIU PERDENDO MAIS?

LIDIANA GOMES DE OLIVEIRA

Mestranda do curso de Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará - UFC; E-mail: lidiana.gomes2013@gmail.com.

ELEOMAR DOS SANTOS RODRIGUES

2 Doutor em Educação Brasileira da Universidade Federal - UFC; E-mail: mazinhoufc49@gmail.com.

“a crise educacional do Brasil da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa”. (RIBEIRO, 2019, p. 55)

RESUMO

O presente trabalho aborda os ciclos econômicos do Brasil compreendidos entre meados do século XVI e início do século XX e a relação com o contexto educacional de cada período, refletindo sobre as consequências causadas aos segmentos populacionais menos favorecidos economicamente. Busca analisar, nesse percurso histórico, quem teve menos acesso à educação, quem foi menos favorecido economicamente e, por outro lado, quem teve mais acesso à educação e quem foi mais privilegiado economicamente. Metodologicamente, a análise é do tipo qualitativa, consistindo em um estudo bibliográfico, a partir dos estudos das obras de Bianchi (2012), Dias (1921) e Fausto (1996), que fundamentaram a pesquisa sobre a história do Brasil e a implantação dos ciclos econômicos. Já o recorte sobre a evolução da educação no Brasil foi embasado em Arelaro (2007), Fonseca (2014), Gadotti (1996) e Saviani (2008, 2010). A formação econômica foi fundamentada em Furtado (2005), Souza (2011) e Vares (2012), entre outros autores. Os resultados preliminares indicam a ocorrência de exclusões sociais e econômicas sofridas por significativa parcela da população brasileira, e os impactos educacionais negativos que perduram até os dias atuais. Por essa análise, pode-se

concluir, provisoriamente, que a educação no Brasil vai para além de uma crise de um sistema que não deu certo ao longo da história, e vai na direção de um projeto elitista que deixou à margem as populações mais pobres e, por consequência, destituídas de direitos.

Palavras chaves: Ciclos Econômicos, História da Educação, Populações Excluídas.

ABSTRACT

The present work addresses the economic cycles in Brazil between the mid-16th century and the beginning of the 20th century and the relationship with the educational context of each period, reflecting on the consequences caused to the less economically favored population segments. It seeks to analyze, in this historical path, who had less access to education and who was less economically favored, and on the other hand, who had more access to education and who was more economically privileged. Methodologically, the analysis is qualitative, consisting of a bibliographical study, based on studies of the works of Bianchi (2012), Dias (1921) and Fausto (1996) that supported the research on the history of Brazil and the implementation of cycles economical. The clipping on the evolution of education in Brazil was based on: Arelaro (2007), Fonseca (2014), Gadotti (1996) and Saviani (2008, 2010). The economic background was based on Furtado (2005), Souza (2011) and Vares (2012), among other authors. Preliminary results indicate the occurrence of social and economic exclusion suffered by a significant portion of the Brazilian population and the negative educational impacts that last until the present day. From this analysis, it can be provisionally concluded that education in Brazil goes beyond a crisis of a system that did not work throughout history, and goes in the direction of an elitist project that left the poorest populations on the sidelines, and, consequently, deprived of rights.

Keywords: Economic Cycles, History of Education, Excluded Populations.

INTRODUÇÃO

O estudo dos ciclos econômicos do Brasil e suas repercussões na educação é o objeto da análise em curso. Abordagem da pesquisa é qualitativa, enfatizando a compreensão e a interpretação dos fatos históricos afins, pois, segundo FLICK (2009, p. 234), os fatos devem ser analisados e interpretados como “dispositivos comunicativos metodologicamente desenvolvidos na produção de versões sobre eventos”. Para tanto, adotamos referências teóricas, como livros, publicações especializadas e artigos científicos publicados na internet. As obras de Dias (1921) e Fausto (1996) corroboram com a história do Brasil e o desenvolvimento dos ciclos econômicos. Já os estudos sobre a evolução da educação no Brasil foram embasados em Gadotti (1996) e Saviani (2008, 2010). A pesquisa sobre a formação econômica está fundamentada em Furtado (2005) e Vares (2012), entre outros.

Estruturalmente, segue-se a esta introdução, o tópico primeiro que busca caracterizar em grandes linhas os ciclos econômicos no Brasil, que inicia no período do Brasil Colônia, mais especificamente com o ciclo do Pau-Brasil, até chegar à implantação do ciclo da borracha, no período da segunda guerra mundial. Na segunda parte do desenvolvimento, investigamos os componentes da história da educação formal no Brasil, decorrentes da chegada dos jesuítas nas terras brasileiras, no ano de 1.549 da era cristã, fato que teve grande influência na evolução da educação brasileira. Seguem-se, às duas partes do desenvolvimento, a análise e a discussão dos resultados, nas quais indicamos como achado da pesquisa a supressão de diretos relacionados, principalmente, às populações africanas e indígenas e seus descendentes, significativa parcela da população brasileira. A parte final está destinada às conclusões dos estudos, evidenciando que o ensino conduzia a formação das elites burguesas com a finalidade de formá-las para exercer a hegemonia cultural e política. Se, por um lado, a educação brasileira era eficiente na formação das classes dirigentes, por outro lado, deixava a desejar em relação à educação popular, posto que suprimiu a originalidade do pensamento aprendente e reforçou a invasão cultural colonialista europeia.

METODOLOGIA

O estudo em questão aborda a análise dos ciclos econômicos e o contexto educacional brasileiro. Optou-se por um estudo de abordagem qualitativa, baseado

numa pesquisa bibliográfica, a partir dos estudos das obras de Bianchi (2012), Dias (1921) e Fausto (1996), que fundamentaram a pesquisa sobre o contexto histórico brasileiro e a implantação de cada ciclo econômico. Quanto à configuração que trata da evolução da história da educação no Brasil, foi embasada em Arelaro (2007), Fonseca (2014), Gadotti (1996) e Saviani (2008, 2010). Já a pesquisa sobre a formação econômica está amparada em Furtado (2005), Souza (2011) e Vares (2012), dentre outros autores.

Nessa perspectiva, Dalfono, Lana e Silveira (2008, p. 9) afirmam que a pesquisa de abordagem qualitativa “[...] é aquela que trabalha predominantemente com dados qualitativos, isto é, a informação coletada pelo pesquisador não é expressa em números, [...]”, ou então, os números e as conclusões neles baseados representam um papel menor na análise. A opção pela investigação qualitativa neste estudo é a mais apropriada, pois tem compatibilidade com situações particulares e grupos específicos, como é o caso desse estudo.

Quanto aos objetivos, caracteriza-se como descritiva, já que tem “[...] como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis” (GIL, 2010, p. 27). Para tanto, utilizou-se como fonte o estudo bibliográfico, visto que “a pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos” (GIL, 2008, p. 50).

Portanto, o objetivo primordial dessa pesquisa está na análise dos fatos históricos possibilitando ao pesquisador descrever o resultado da sua exploração e, conseqüentemente, o próprio ponto de vista sobre o objeto de estudo.

1. OS CICLOS ECONÔMICOS DO BRASIL

1.1 CICLO DO PAU-BRASIL (SÉCULO XVI)

O dia 22 de abril de 1.500 está registrado nos livros de História do Brasil como a data oficial da chegada dos portugueses ao território brasileiro.

A esquadra de Pedro Alvares Cabral partiu de Lisboa com destino à Índia. No entanto, aportou na costa brasileira, conforme destaca o historiador português Malheiro Dias, que afirma o seguinte:

Se não ficou documentada a intencionalidade da arribada de Cabral a Vera Cruz, isso deve-se, presumidamente, tanto à perda da carta de

Pedro Alvares Cabral ao soberano, como a política de mistério que sistematicamente se aplicou às navegações portuguesas no sentido do poente. (DIAS, 1921, p. XXIV)

A chegada dos portugueses ao Brasil marcou o período das grandes navegações e da colonização, caracterizado pela exploração e pela comercialização do Pau-Brasil, pelas tentativas de escravizar e de explorar a mão de obra indígena e também pela implantação do sistema de capitânicas hereditárias. Seu declínio está relacionado a vários fatores, são eles: os conflitos gerados pelas tentativas de escravização da população indígena, escassez do Pau-Brasil e valorização do cultivo da cana-de-açúcar.

O ciclo do Pau-Brasil não conseguiu povoar as terras brasileiras. O período deixou como resultado da comercialização da madeira pau-brasil, a alteração do nome de nossa terra: BRASIL.

1.2. CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVI ATÉ O FINAL DO SÉCULO XVII)

O Ciclo da Cana-de-Açúcar iniciou-se com o incentivo do rei de Portugal para aqueles que estavam dispostos a vir colonizar as terras brasileiras. Com isso, criou as capitânicas hereditárias, entre 1.534 e 1.536. O rei de Portugal ofereceu vantagens, garantias e autonomia aos donatários, os quais tinham liberdade para decidir sobre a utilização das terras.

Os portugueses já dominavam as técnicas para o plantio da cana-de-açúcar, por conta disso, os donatários se estabeleceram aqui e o cultivo da cana teve início com o plantio das mudas trazidas da ilha da Madeira, pela expedição de Martim Afonso de Sousa, donatário da Capitania de São Vicente, atual estado de São Paulo.

A produção da cana-de-açúcar em solo brasileiro alcançou o seu ápice no período de 1.601 até 1.631, quando grandes latifúndios utilizavam a monocultura para o plantio.

Toda a produção nacional era destinada ao mercado europeu. Os sistemas de maior produção utilizavam os negros africanos como mão de obra, já as menores estruturas continuavam usando a mão de obra indígena.

Com o aumento da produção, surgiram os primeiros engenhos e a efetivação do ciclo econômico no Brasil. Nesse sentido, Furtado (2005) explicita que:

As dificuldades maiores encontradas na etapa inicial advieram da escassez de mão-de-obra. O aproveitamento do escravo indígena, em que aparentemente se baseavam todos os planos iniciais, resultou inviável na escala requerida pelas empresas agrícolas de grande envergadura que eram os engenhos de açúcar. (FURTADO, 2005, p. 40)

O principal fator para a finalização do ciclo da cana-de-açúcar no Brasil foi a concorrência, por meio da implantação de engenhos nas Antilhas Holandesas e Inglesas. A qualidade do açúcar produzido na Holanda e o baixo custo do produto favoreceram a instalação da crise econômica no Brasil. A crise obrigou Portugal a buscar novas opções de fonte de renda.

1.3. CICLO DO OURO (SÉCULO XVIII)

O Ciclo do Ouro teve início com a descoberta de metal precioso nas terras de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, o que ocasionou a ampliação no número de pessoas vindas de Portugal e do litoral nordestino para a região de exploração, caracterizando assim, a corrente imigratória para o Brasil, conforme evidencia Fausto (1996, p. 98), "chegaram de Portugal e das ilhas do Atlântico cerca de 600 mil pessoas, em média anual de 8 a 10 mil, gente da mais variada condição, desde pequenos proprietários, padres, comerciantes, até prostitutas e aventureiros".

O período caracterizou-se pela extração e pela exportação do metal precioso (ouro) como principal atividade econômica do Brasil colonial. Nesse período econômico, todas as atenções estavam voltadas para a região sudeste do país.

A Coroa portuguesa, com o objetivo de garantir o controle, a vigilância e o desvio dos recursos oriundos da exploração do ouro no território brasileiro, estabeleceu vários e altos impostos (quinto, derrama e capitação) sobre as riquezas encontradas no território brasileiro, chegando, inclusive, a mudar a capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro.

A fiscalização, sanções e excessiva cobranças de impostos pela coroa portuguesa instigou a revolta da população brasileira. Tal fato deu origem a várias rebeliões objetivando a libertação da colônia. São elas:

I. Guerra dos Emboabas (1.707 a 1.709):

Caracterizada pelo atrito entre portugueses e paulistas em busca do direito de exploração do ouro na região.

II. Revolta de Felipe dos Santos (1.720):

Motivada pelo desagrado dos proprietários e comerciantes em virtude do excessivo controle, punições e altos impostos aplicados pela coroa portuguesa.

III. Inconfidência Mineira ou Conjuração Mineira (1.789):

O movimento tinha o objetivo de separar o Brasil de Portugal, motivado pela excessiva cobrança de impostos, principalmente o imposto denominado de Derrama, além da proibição de fundação de fábricas em território brasileiro.

IV. Conjuração Baiana (1.798):

O movimento não aceitou a mudança da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, os altos impostos estabelecidos pela coroa, a concentração de terras e as imposições de Portugal.

O movimento teve grande adesão da população e lutava pela Proclamação da República e pela libertação da escravidão no Brasil. Era inspirado nos ideais iluministas de fraternidade, igualdade e liberdade. O principal fator para o declínio do ciclo do ouro foi o esgotamento das jazidas.

1.4. CICLO DO ALGODÃO (METADE DO SÉCULO XVIII ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XIX)

A indústria têxtil internacional, principalmente a britânica, necessitava de matéria prima e, com a escassez do ouro nas minas brasileiras, os agricultores brasileiros decidiram cultivar em suas terras o algodão. Conforme destaca Furtado (2003, p. 68), "A atividade industrial na Inglaterra é intensa durante esses anos de guerra, e a procura de algodão cresce fortemente".

O plantio do algodão se concentrava principalmente nos estados do Maranhão, Pará, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro, tornando-se o principal produto de exportação nacional, com a finalidade de atender as demandas das indústrias têxteis britânicas.

A principal mão de obra utilizada nas fazendas produtoras de algodão era a força dos negros africanos escravizados.

Após a proclamação da Independência do Brasil, ocorrida em 7 de setembro de 1.822, ocorreu a construção e a implantação de fábricas têxteis no território

brasileiro, a partir do incentivo de benefícios fiscais. Tal fato motivou as melhorias de infraestrutura, promovendo o desenvolvimento das cidades brasileiras.

No final do século XIX e início do século XX, o plantio de café começou a ter visibilidade. Como consequência, a plantação de algodão no Brasil foi perdendo espaço nos latifúndios, deixando de ser o principal produto de exportação do Brasil.

No entanto, o algodão nunca deixou de ser plantado nas terras brasileiras, o Brasil continua como um dos maiores produtores mundiais de algodão. A plantação e o beneficiamento do algodão, ainda permanecem como importante atividade econômica no Brasil.

1.5. CICLO DO CAFÉ (SÉCULO XIX)

No Brasil, por muito tempo, o café era plantado apenas para o consumo doméstico. No entanto, com o declínio das exportações da cana-de-açúcar, do algodão e com a escassez das jazidas de ouro, a população brasileira buscou outra alternativa produtiva. Com isso, cresce o número de fazendas de cultivo do café, favorecendo o crescimento da produção do grão.

Com a ampliação das áreas de plantio e o aumento da produção, o Brasil passou a exportar o produto (café), tornando essa a principal atividade econômica do país.

O Ciclo do Café no Brasil foi longo, durando mais de 100 anos, tornando-se um período da história no qual a produção do café teve grande relevância para o desenvolvimento econômico do país, contribuindo com o crescimento e com a urbanização dos centros econômicos.

De acordo com Bianchi (2012), a produção do café foi “responsável por mudanças de extrema relevância para o Brasil, o café influenciou não somente as exportações brasileiras e ajudou no equilíbrio da balança comercial, mas comandou o desenho político durante décadas”.

No início do Ciclo do Café, era utilizada a mão de obra escrava, entretanto, a proibição do tráfico de negros e a abolição da escravidão no Brasil (13 de maio de 1.888) ocasionaram o estímulo para a imigração de europeus, favorecendo a vinda de muitos imigrantes para o Brasil, principalmente os italianos, os quais passaram a trabalhar nas fazendas de monocultura cafeeira.

A diminuição da exportação dos grãos ocasionou a redução do preço do café, favorecendo a crise econômica, a qual colaborou para a finalização do Ciclo do Café, em torno de 1.893.

1.6. CICLO DA BORRACHA (FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX)

O Ciclo da Borracha destaca-se como um período importante para a formação econômica e social brasileira. O período está associado com a extração da matéria-prima (látex), da *Hevea brasiliensis* (árvore-da-borracha) e com a negociação do produto.

O período favoreceu o desenvolvimento na região Norte do Brasil, incentivando a urbanização e a modernização da região, principalmente nas cidades de Belém (Pará) e, posteriormente, Manaus (Amazonas) e Porto Velho (Rondônia), por se tratar dos maiores centros comerciais da borracha.

O Ciclo da borracha foi dividido em duas fases. São elas:

I. Primeiro Ciclo da Borracha (1.879 até 1.912):

O primeiro ciclo da Borracha foi marcado pelo contrabando de cerca de 70 mil sementes da árvore da borracha, da região do Pará para a Inglaterra.

No ano de 1.910, iniciou a concorrência a partir dos produtos extraídos das seringueiras plantadas na Ásia, com as sementes contrabandeadas do Pará. O valor da matéria-prima (borracha) asiática era inferior aos cobrados pela produção brasileira.

Tal fato provocou a redução da procura pelo produto brasileiro (látex), ocasionando uma crise na economia da região norte do Brasil, a qual era produtora de matéria-prima.

II. Segundo Ciclo da Borracha (1.942 até 1.945)

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, ocorrida entre 1.939 até 1.945, precisamente no ano de 1.941, o governo brasileiro (primeiro período da era Vargas - 1.930 até 1.945) pactuou com o governo norte americano a extração de látex na Amazônia.

Para isso, foi necessário realizar a mobilização de trabalhadores para a floresta. A mão-de-obra utilizada para a extração do látex nos seringais era realizada por trabalhadores vindos, principalmente, da região nordeste.

Os seringueiros usavam as mesmas técnicas de extração indígenas (talhos no tronco da árvore) para realizar a coleta da seiva bruta. Os trabalhadores (soldados da borracha) eram oriundos das classes pobres da população e, na grande maioria, eram migrantes nordestinos, os quais viviam numa condição semi-escravista, à mercê dos “patrões”.

As duas fases dos “ciclos da borracha” se agravaram e encerraram motivadas pela falta de políticas públicas para o desenvolvimento da região. Nos moldes do que trata Souza e Lindo (2011) “o ciclo brasileiro da borracha é encerrado por conta de um fator externo – a concorrência com o Oriente – ao qual a economia nacional foi incapaz de se sobrepor”.

É importante destacar que, além dos recursos naturais extraídos ao longo do período, outro segmento bastante explorado foram os trabalhadores (soldados da borracha), dos quais muitos perderam a vida na região dos seringais, sem recursos para resistir às doenças, aos enganos na forma de produção e aos confrontos, praticamente no início do século XX.

2. EDUCAÇÃO BRASILEIRA E OS CICLOS ECONÔMICOS: UM PANORAMA GERAL DESDE A CHEGADA DOS JESUÍTAS NO BRASIL COLÔNIA ATÉ OS DIAS ATUAIS

2.1. EDUCAÇÃO REALIZADA PELOS PADRES JESUÍTAS (1.549)

A História da educação formal no Brasil começa com a chegada dos jesuítas em 1.549. A pedagogia trazida por eles teve grande influência na educação da população brasileira. A ordem dos jesuítas foi criada em 1.534 pelo militar espanhol Inácio de Loyola, com o objetivo de consagrar-se à educar os jovens com os princípios da igreja católica, seguindo os princípios cristãos e insurgindo-se contra a igreja protestante. A educação praticada pelos padres jesuítas seguia princípios rígidos e obedecia a todos os componentes da ordem.

Os jesuítas criaram o *RATIO STUDIORUM*, que foi o primeiro sistema organizado da educação católica com filosofia e métodos próprios. Saviani (2010) afirma que as ideias pedagógicas expressas no *Ratio* correspondem ao que passou a ser conhecido na modernidade como pedagogia tradicional.

Segundo Gadotti (1996), a educação professada pelos jesuítas destinava-se à formação das elites burguesas com a finalidade de formá-las para exercer a

hegemonia cultural e política. Se, por um lado, era eficiente na formação das classes dirigentes, por outro, deixava a desejar em relação à educação popular, posto que suprimiu a originalidade do pensamento aprendente e reforçou a invasão cultural colonialista europeia.

Vale lembrar que, quando os portugueses desembarcaram em *Terras Brasilis*, encontraram o território já habitado por diversos povos indígenas que não tinham um sistema formalizado de educação, entretanto, eles possuíam uma organização social que permitia a troca de saberes necessários para a manutenção de suas vidas. Os processos educativos aconteciam de modo informal, geralmente através da convivência diária e da distribuição de tarefas. Era no cotidiano que ocorriam as situações de aprendizagem.

A Educação trazida da Europa pela Companhia de Jesus, ordem católica criada em 1540, com fim missionário, tinha como principal missão a catequese e a evangelização. Nesse sentido, a ideia era converter os índios à fé cristã, afastando-os, dessa forma, de suas crenças. A educação ocorria em escolas improvisadas e eram utilizados recursos como a música, o teatro e a poesia para alcançar os objetivos.

Já os filhos dos colonos estudavam em colégios mais estruturados que os preparavam para os cursos superiores realizados em Portugal. Dessa forma, percebe-se com clareza que a educação formal no Brasil já nasce de forma elitista, segregando as populações indígenas e os filhos dos colonos.

Cabe frisar que, dentro desse contexto educacional, a educação letrada era direcionada aos homens, e as mulheres eram educadas para a vida doméstica e religiosa. Portanto, a educação jesuíta privilegiava os homens brancos e mais abastados financeiramente. O domínio da educação dos jesuítas perdurou por cerca de 210 anos até a expulsão, que foi efetivada por Sebastião José de Carvalho e Melo - o Marquês de Pombal - desse modo, encerrava-se o fim do único sistema de ensino existente no Brasil naquela época.

2.2. EXPULSÃO DA COMPANHIA DE JESUS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO PELO MARQUÊS DE POMBAL (1.759)

A expulsão dos jesuítas, autorizada por Sebastião José de Carvalho e Melo - o Marquês de Pombal, desestruturou o sistema de ensino que existia fundado pelos jesuítas. Pode-se afirmar que esta foi a primeira grande reforma de ensino no Brasil Colônia. A extinção dos colégios jesuítas abriu um enorme fosso na vida

educacional das colônias portuguesas, além de abrir espaço para a responsabilização do Estado e dar os primeiros passos para a criação do ensino público.

Os indígenas perderam espaço no sistema de ensino. Foi criada a Vila Pombalina, com o objetivo de controlar os índios no sentido social e econômico. Havia duas escolas que segregavam meninos e meninas. Ademais, os índios eram impedidos de falar a língua nativa, sendo, dessa forma, desapropriados de importante elemento cultural afirmador de identidade.

Por outro lado, foram criadas as Aulas Régias, que eram destinadas à elite da época, em detrimento da educação popular. Tal iniciativa buscava dar ao ensino uma utilidade à vida das pessoas, em especial os advogados, teólogos e médicos.

As reformas realizadas pelo Marquês de Pombal causaram uma estagnação na educação brasileira. Em 1.772, para conter o problema, foi instituído um incentivo financeiro para o ensino primário, denominado "subsídio literário". Consistia em um imposto que recaía sobre alguns produtos comercializados, tais como, vinho, aguardente e vinagre. Porém, devido ao recolhimento ser irregular e os valores baixos, os professores passavam longos períodos sem receber seus rendimentos.

Pode-se inferir que a educação, no início do século XIX, praticamente ficou relegada a segundo plano. Não houve uma continuidade da educação professada pelos jesuítas. Tal realidade só mudou com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, em 1.808.

2.3. A CHEGADA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA AO BRASIL E OS DESDOBRAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO (1.808)

A chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil deu início a uma reforma educacional que impulsionou a educação na Colônia e rompeu com a estagnação da situação anterior instituída pelo Marquês de Pombal.

A colônia subiu à categoria de metrópole e foram feitos diversos investimentos na área de educação, principalmente em relação ao ensino superior, a saber: a fundação de escola de medicina em Salvador e no Rio de Janeiro; Academia Real Militar; aprovação de cursos superiores de seis anos de Matemática, Engenharia, Ciências

Naturais e Ciências Físicas e Agronomia e a chegada de de 60 mil livros ao Brasil, o que ocasionou, posteriormente, a inauguração da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). A atenção ao ensino superior visava a preparar academicamente os

filhos da nobreza portuguesa e da aristocracia brasileira, visto que a preocupação era a defesa militar da colônia e preparação para o trabalho no serviço público, através dos cursos profissionalizantes. A gratuidade escolar ocorria mediante a autorização da corte portuguesa.

É importante destacar que, apesar dos investimentos em educação, não houve melhoria substancial nas condições de vida da maioria da população, posto que a maioria das pessoas não tinha acesso à instrução escolar. Houve desinteresse da coroa em relação à educação voltada às crianças e aos adultos. Além do mais, o Estado não assumia a formação docente para o ensino das classes populares. A primeira escola de formação de professores só surgiu em 1.834.

Em 1.824, foi outorgada a primeira Constituição do Brasil. A Carta Magna trazia em seu bojo que a instrução primária era gratuita para todos os cidadãos. Entretanto, o primeiro reinado teve dificuldade para garantir a educação elementar, posto que a sociedade da época, em sua maioria, vivia da atividade agrária, além do mais, não interessava à elite da época a educação do povo.

No ano de 1.826, através de decreto real, foram instituídos quatro graus de instrução: Pedagogias, Liceus, Ginásios e Academias. A criação das pedagogias se destinava a todas as vilas e cidades. O decreto também previa escolas exclusivas para meninas. Ocorreu que ambos os dispositivos legais não foram cumpridos a contento.

Por meio de Ato Adicional, que emendou a Constituição, no ano de 1.834, o ensino elementar, secundário e formação de professor ficava a cargo das províncias, o que motivou a criação de mais Liceus, assim, o poder central cuidaria somente do Ensino Superior. Em 1.837, foi criado o Imperial Colégio Pedro II, que era o único a realizar exames para obtenção do grau de bacharel no país. Percebe-se, nesse período, uma descentralização da educação. Vale destacar que, em 1.879 aconteceu uma nova reforma educacional que propunha o fim da matrícula para os escravos, apesar de não vingar, fica demonstrado o desinteresse em formar as classes populares.

2.4. A PRIMEIRA REPÚBLICA E AS REFORMAS DO ENSINO (1889 A 1930)

O ano de 1.889 deu início a mais um período importante da História da Educação Brasileira. Trata-se da República, modelo político inspirado no sistema

presidencialista americano. As mudanças na educação seguiam as diretrizes do novo regime político, baseado na centralização do ensino, no autoritarismo e na formalização da educação. Coube às elites pensantes, fundamentadas nas ideias iluministas, a mudança na educação, seguindo o modelo europeu, em especial, o francês.

Durante esse período ocorreram cinco reformas, aqui mencionadas pelos seus idealizadores, as quais trataremos dos seus principais aspectos:

I. Reforma Benjamim Constant (1.890 - 1.891) - Ocorreu a reforma do ensino primário e secundário, que era preparatório para o ensino superior. A escola primária primava pela gratuidade do ensino. Predominância das matérias científicas em relação às literárias. O fato curioso era que, para ser professor, bastava não ter dívidas com a justiça.

É importante frisar que a Constituição republicana de 1.891 retirou do Estado a obrigação de oferecer educação primária, constante na Constituição de 1.824 (CARVALHO, 2008, p. 62).

II. Eptácio Pessoa (1.901) - Ocorreram dois Decretos-Lei importantes nesse período. O primeiro foi o Decreto-Lei Nº 3.890, de 01.01.1.901, que disciplinava questões variadas relativas à composição, à organização e ao funcionamento das instituições federais, assim como das fundadas pelos estados ou pela iniciativa privada, de ensino superior e secundário. Já o segundo Decreto-Lei, de Nº 3.914, de 26.01.1.901, aprovava o regulamento para o Gymnasio Nacional e os aspectos relativos ao curso, aos exames e aos programas.

III. Rivadávia Corrêa (1.910 - 1.914) - As reformas ocorridas nesse período afastaram do Estado a responsabilidade pelo ensino, ou seja, houve a desoficialização do ensino por parte da federação, retirando da união o monopólio da criação de instituições de ensino superior.

IV. Carlos Maximiliano (1.915) - A década de 1.920 foi o período das reformas educacionais. Não havia sistema organizado de educação pública. A defesa de uma escola pública, universal e gratuita tornou-se o estandarte de um dos movimentos mais importantes da época, conhecido pelo nome de Escola Nova. A crise econômica mundial de 1.929 repercutiu sobre a economia brasileira. Mudanças

econômicas ocorreram e induziram a transformações, também, na educação. Devido a isso, grandes transformações aconteceram na década de 30 do século XX e abrangeram as áreas política, econômica e social, refletindo na educação brasileira.

V. Francisco Campos (1.931) - Ocorreu no período de grandes transformações políticas, sociais e econômicas em todo o território nacional. Todo o ensino secundário foi modificado. Foram criados exames para as certificações do primeiro e segundo grau. No mesmo período, ocorreu a assinatura do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, numa tentativa de organizar e articular uma sólida educação brasileira visando a tirar o atraso em relação aos países mais desenvolvidos. Aqui, há uma preocupação da idealização de uma identidade nacional, modernização, progresso e ruptura com o sistema colonial.

2.5. O ESTADO NOVO E A EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA (1.937 A 1.945)

A economia brasileira se desenvolveu através de iniciativas estatizantes compostas por grandes corporações empresariais e industriais. O Estado tornou-se o principal empregador. A população do país precisava de qualificação para a mão de obra que surgia. O setor educacional não estava preparado para atender às demandas de profissionalização da massa trabalhadora.

Diante das circunstâncias, houve uma nova regulamentação do ensino a partir de 1.942. Esta reforma na educação foi intitulada de Reforma Capanema, que instituiu mudanças no ensino comercial, estruturou o ensino industrial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), além de mudar o ensino secundário. Nesse período, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

2.6. A NOVA REPÚBLICA (POPULISMO) E A GRATUIDADE DO ENSINO PRIMÁRIO (1.946)

Esse período ficou marcado por uma nova Carta Magna, em 1946. A nova Constituição continha dispositivos que davam a possibilidade de gratuidade para o Ensino Primário, podendo ser prorrogada para o Ensino Secundário, caso o estudante comprovasse a incapacidade financeira para arcar com os estudos. Obrigava

a conclusão do ensino primário e dava a competência para o Estado legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Em 1.948, iniciou-se a discussão sobre uma Lei de Diretrizes Básicas para a Educação. Foi discutida por mais de treze anos e sancionada em 1.961, durante o governo de João Goulart. A aprovação da Lei de Diretrizes Básicas representou avanço para a educação, já que a legislação anterior era centralizadora e não deixava nada relativo à educação nas mãos dos estados e municípios.

2.7. O REGIME MILITAR E O AUTORITARISMO EDUCACIONAL (1.964 A 1.985)

No ano de 1.964, parte das forças armadas fizeram uma rebelião contra o governo de João Goulart, originando-se o Regime Militar. O militarismo trouxe com ele o autoritarismo que influenciou a educação. Foi um período marcado por censuras a movimentos artísticos, culturais e outras manifestações que representassem posições contra o governo dos militares. No tocante à educação, ocorreu o Ato Institucional nº 1, que estabeleceu a punição para funcionários públicos considerados pelo governo como subversivos. Em 1.967, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF, voltado para que os alunos aprendessem a ler e a escrever sem preocupação com a criticidade e autonomia de pensamento. A livre expressão e a defesa de ideias foi cerceada, numa tentativa de massificação do pensamento. Nesse período, pensadores de diversas áreas se insurgiram e o foco pedagógico se aliou a atitudes políticas contra o regime.

2.8. A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1.988: A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO E A ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

A Constituição Brasileira de 1.988 delimitou um prazo de dez anos para a universalização do ensino e para a erradicação do analfabetismo. Muito foi conquistado com a nova Carta Magna: Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB), em 1.990; Fundo de Manutenção do Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEB), em 1.996; Conselho Nacional de Educação, em 1.995 e a nova Lei de Diretrizes e Bases, em 1.996. A constituição de 1.988 obrigou o Estado a assegurar educação a todo e qualquer cidadão brasileiro, sejam eles, crianças, jovens, adultos ou idosos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A exclusão de uma parcela significativa da população brasileira iniciou-se a partir da formação dos ciclos econômicos, sendo sempre priorizadas as classes sociais mais elevadas.

O ciclo do **Pau-Brasil** foi marcado pela tentativa de escravizar e explorar a mão de obra indígena; no ciclo da **Cana-de Açúcar**, os sistemas de maior produção utilizavam os negros africanos como mão de obra; no ciclo do **Ouro**, os escravos eram utilizados como os principais meios de produção das jazidas brasileiras; o Ciclo do **Algodão** continuou utilizando a mão de obra escrava nas lavouras de algodão; no ciclo do **Café**, era utilizada a mão de obra escrava, entretanto, proibição do tráfico de negros e a abolição da escravidão no Brasil (13 de maio de 1.888) ocasionaram o estímulo para a imigração de europeus, favorecendo a vinda de muitos imigrantes para o Brasil, principalmente os italianos, os quais passaram a trabalhar nas fazendas de monocultura cafeeira; no ciclo da **Borracha**, a mão de obra utilizada para a extração do látex nos seringais era realizada por trabalhadores (soldados da borracha) vindos, principalmente, da região nordeste.

Nos primórdios da colonização eram excluídos os povos originários, os africanos escravizados, os imigrantes e os trabalhadores da região nordeste, necessitando a articulação de movimentos sociais em busca de melhorias das condições de trabalho e garantias de direitos. Atualmente, ainda perdura a exclusão de alguns grupos, dentre os quais se destacam: os povos indígenas, os afrodescendentes, as pessoas com deficiência, os estudantes público da Educação de Jovens e Adultos, dentre outros, necessitando da elaboração de leis com a finalidade de garantir os direitos dos grupos excluídos, além da organização de movimentos sociais como forma de garantir a implementação dos direitos previstos na legislação vigente. A História do Brasil e, conseqüentemente, a evolução da educação nacional, é marcada pela segregação de grupos sociais, parcela significativa da população brasileira, e o privilégio de uma minoria, até os dias atuais. Arelaro (2007) afirma que:

vivemos hoje, na educação e em outros setores sociais, uma aparente contradição inesperada: superados a ditadura militar e o sistema autoritário de governo, os que o sucederam vêm mostrando o quanto suas marcas são persistentes e, algumas, indelévels. Não se apaga o passado "com uma borracha", nem se superam comportamentos autoritários que foram sendo estabelecidos ao longo dos anos – na ponta de lanças – pelo combate a idéias, valores e crenças. Esquecemo-nos da influência

desse passado próximo no cotidiano atual e nos surpreendemos, por isso mesmo, cada vez que um dirigente político ou gestor público do país nos lembra sua “autoridade”, utilizando-se de medidas de intimidação e constrangimento; em particular, e cada vez mais freqüentes, menosprezando as manifestações e opiniões dos setores organizados do país, quando estas defendem idéias contrárias às do governante de plantão. Aí, muitas vezes, a simples divergência é insuportável e as respostas, semelhantes às dos sistemas autoritários de então. (ARELARO. 2007, p. 908).

As consequências sociais sofridas pelo Brasil foram motivadas pela forma de colonização - as grandes propriedades de terra (latifúndios), pois todo o território brasileiro foi doado por Dom João III para 14 colonizadores.

No Brasil, o capitalismo se desenvolveu mesmo com a exclusão. Os excluídos não se beneficiam com a distribuição de renda, visto que apenas uma minoria integrante da elite foi privilegiada nos campos da economia e da educação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS - E NESSA HISTÓRIA, QUEM APRENDEU MENOS EQUEM PERDEU MAIS?

Segundo dados apresentados pelo grupo Suno¹, o Brasil figura atualmente na nona posição entre as maiores economias do mundo, o mesmo não ocorre em relação à educação formal, na qual o país ocupa a última posição no “ranking” de sessenta e quatro países, segundo estudo realizado pela agência IMD World Competitiveness Center. Por que a educação não acompanhou a evolução da economia brasileira? O que ocorreu com a educação formal durante os ciclos econômicos que justifica o atraso educacional da maior parte da população? E, nessa história, quem aprendeu menos e quem saiu perdendo mais?... As respostas a estes questionamentos passam por uma análise histórica das fases econômicas do Brasil pela e identificação do tipo de educação que foi praticada em cada período, pois para se conhecer uma sociedade é necessário reconstruir os meandros do processo.

Pode-se inferir que a educação formal no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, priorizou as classes sociais mais abastadas. Quando se fala de população brasileira, devemos pensá-la a partir de troncos étnicos e seus descendentes, a saber; europeus, africanos e indígenas, povo que aqui já fazia morada antes da chegada dos portugueses e outros povos colonizadores. A educação no Brasil vai

1 O grupo Suno tem como foco fornecer informações para os interessados no mercado financeiro.

para além de uma crise de um sistema que não deu certo ao longo da história, pois sempre teve contornos de um projeto elitista que deixou à margem as populações mais pobres e por consequência, destituídas de direitos. Não por acaso os descendentes de africanos e indígenas sempre foram os mais penalizados em relação à educação. Em todos os ciclos econômicos tratados neste ensaio estas populações foram aquelas que sempre perderam mais e aprenderam menos. Apesar dos avanços da educação brasileira nos últimos anos, essa realidade persiste até os dias atuais, visto que ainda são necessárias a elaboração de políticas públicas e as iniciativas que visam ao fortalecimento da aprendizagem das classes menos favorecidas. Nesse contexto, insere-se a política educacional de ampliação da jornada escolar: o *Programa Aprender Mais4*, desenvolvido nas escolas do município de Fortaleza.

REFERÊNCIAS

ARELARO, Lisete R.G. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política? **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 28, n. 100, p. 899-919, out. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302007000300013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/MBqF6zJDBYmmHxZqskmmXHf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BEZERRA, Juliana. **Ciclos Econômicos do Brasil**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/ciclos-economicos-do-brasil/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

BIANCHI, Caio Giusti. Café e Economia Brasileira: da ascensão à extinção do ciclo do café. **Revista Jovens Pesquisadores**, Santa Cruz do Sul, v. 09, n. 01, p. 89-99, 27 jun. 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/4723781/Caf%C3%A9_e_Economia_Brasileira_da_ascens%C3%A3o_%C3%A0_extin%C3%A7%C3%A3o_do_ciclo_do_caf%C3%A9. Acesso em: 21 nov. 2021.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 2, n.4, p. 01-13, 2008.

DIAS, Carlos Malheiro. História da Colonização Portuguesa do Brasil. Porto: Litografia Nacional, 1921. 516 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/535864>. Acesso em: 06 nov. 2021.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed., PortoAlegre: Artmed, 2009.

O Decreto Municipal nº 14.233, de 15/06/2018, expressa as finalidades do programa Aprender Mais.

FONSECA, Marília. Planos de Governo e educação brasileira: do regime militar aos-tempos atuais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [s. l], v. 30, n. 02, p. 251-268, ago. 2014. Quadrimestral. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/53660/33076>. Acesso em: 23 nov. 2021.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 198 p. Disponível em: file:///C:/Users/lidianago/Downloads/FURTADO_Celso_LIVRO_Formacao_Economica_do_Brasil.PDF. Acesso em: 08 nov. 2021.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. 1ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAURO, Giovanna. **Ciclos Econômicos do Brasil**: um resumo completo. um resumo completo. Disponível em: <https://noticiasconcursos.com.br/os-ciclos-economicos-do-brasil-um-resumo-completo/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

OSHIO, Raquel. **Ciclos Econômicos do Brasil: café, ouro, Pau-Brasil e a cana.** Disponível em: <https://blog.estrategiavestibulares.com.br/geografia/ciclos-economicos-do-brasil/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

REIS, Tiago. Maiores economias do mundo em 2023: lista atualizada. lista atualizada. 2023. Disponível em: <https://www.sunos.com.br/guias/maiores-economias-do-mundo/>. Acesso em: 17 jul. 2023.

RIBEIRO, Clara. **Educação:** brasil está na última colocação em ranking de competitividade. Brasil está na última colocação em ranking de competitividade. 2021. Disponível em: <https://noticiasconcursos.com.br/educacao-brasil-esta-na-ultima-colocacao-em-ranking-de-competitividade/>. Acesso em: 06 dez. 2021.

RIBEIRO, Darcy. **Sobre o óbvio.** Marília: Lutas Anticapital, 2019. 56 p. Disponível em: <https://docplayer.com.br/123308044-Sobre-o-obvio-darcy-ribeiro.html>. Acesso em: 06 jan. 2022.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cadernos Cedes**, [S.L.], v. 28, n. 76, p. 291-312, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-32622008000300002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Kj7QjG4BcwRBsLvF4Yh9mHw/?lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das Ideias Pedagógicas no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2010.

SENA, Ailton. **Ciclos Econômicos do Brasil.** Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/ciclos-economicos-do-brasil>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SOUZA, Reginaldo José de; LINDO, Paula Vanessa de Faria. INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA NO CONTEXTO DE UM BRASIL DUAL: do ciclo da borracha à implantação da rodovia br-163. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 01, n. 16, p. 70-83, 19 nov. 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/867/895>. Acesso em: 21 nov. 2021.

VARES, Sidnei Ferreira de. A Dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da revolução de 1930.

História: Debates e Tendências, Passo Fundo, v. 11, n. 01, p. 121-139, 27 jun. 2012. Semestral. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2491/1646>. Acesso em: 23 nov. 2021.